

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO, GUARDA**

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Resumo Não Técnico

Março de 2021



Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Urbanização do Cabroeiro

I. INTRODUÇÃO	3
II. PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO, GUARDA	4
II.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO PLANO	4
II.1.1. Síntese e Diagnóstico do Território	4
II.2. OBJETO DE AVALIAÇÃO	6
II.2.1. Enquadramento no Plano Diretor Municipal.....	6
II.2.2. Fundamentação	6
II.2.3. Antecedentes.....	7
II.2.4. Elaboração do Plano de Urbanização do Cabroeiro	7
II.2.5. Objetivos	8
III. AVALIAÇÃO AMBIENTAL	10
III.1. ECOSISTEMAS NATURAIS E RURAIS.....	11
III.1.1. Valores Naturais	11
III.1.2. Valores Paisagísticos	13
III.1.3. Efeitos do Plano.....	14
III.1.4. Recomendações.....	14
III.2. URBANISMO	15
III.2.1. Qualidade Urbana	15
III.2.2. Sustentabilidade Urbana	17
III.2.3. Efeitos do Plano.....	19
III.2.4. Recomendações.....	20
III.3. SOCIOECONOMIA.....	21
III.3.1. População	21
III.3.2. Economia.....	23
III.3.3. Efeitos do Plano.....	24
III.3.4. Recomendações.....	25
III.4. AMBIENTE	26
III.4.1. Qualidade Ambiental	26
III.4.2. Alterações Climáticas	31
III.4.3. Efeitos do Plano.....	32
III.4.4. Recomendações.....	33
IV. PROGRAMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL	35
IV.1.1. Quadro de Governança	42
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43

I. INTRODUÇÃO

A legislação atual impõe a obrigatoriedade do procedimento de Avaliação Ambiental para muitos dos processos de elaboração, alteração e revisão de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

De acordo com o regime da avaliação dos efeitos de planos e programas no ambiente, estão sujeitos a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) os planos e programas que possam ter efeitos significativos no ambiente. Considera-se, também, sujeito a avaliação ambiental “os planos de urbanização (...) que constituam o enquadramento para a aprovação de projetos sujeitos a avaliação de impacte ambiental ou a avaliação de incidências ambientais” (Ponto 1, Art.º 78º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio). Uma vez que, o **Plano de Urbanização do Cabroeiro** (PUC) abrange uma área de ampliação das atividades económicas (Parque Industrial), torna-se sujeito a AAE por enquadrar uma área onde, eventualmente, poderão surgir projetos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

O presente documento pretende constituir-se como o Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental referente ao procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica do **Plano de Urbanização do Cabroeiro** (PUC), no concelho da Guarda. O Relatório Ambiental corresponde à segunda fase do referido procedimento, efetuando-se a avaliação ambiental das propostas tendo por base os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) definidos anteriormente e ajustados de acordo com os pareceres das entidades que se tenham pronunciaram na primeira fase. Pretende-se com o presente documento – **Resumo Não Técnico** (RNT) – apresentar, de forma sintética, resumida, e numa linguagem clara e acessível os principais aspetos analisados no Relatório Ambiental. Assim, a análise deste relatório não dispensa a consulta do Relatório Ambiental e da Proposta de Plano.

A entidade responsável pela elaboração do Plano de Urbanização (PU) em análise é a Câmara Municipal da Guarda, entidade à qual compete a elaboração da avaliação ambiental. A Câmara Municipal é ainda responsável pela promoção de consultas às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades, possam interessar os efeitos do plano; pela consulta ao público em geral e pela elaboração da Declaração Ambiental.

II. PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO, GUARDA

II.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO PLANO

A área de intervenção do Plano de Urbanização do Cabroeiro localiza-se no concelho da Guarda, pertencente à Região Centro e sub-Região das Beiras e Serra da Estrela. O PU insere-se a nascente da cidade da Guarda, na freguesia com o mesmo nome.



A Guarda é caracterizada por ser a cidade mais alta de Portugal, onde confinam três importantes bacias hidrográficas, a do rio Mondego, a do Zêzere e a do Côa. A cidade é herdeira de um vasto e rico património histórico, tendo como principais ícones a Torre de Menagem e a Sé Catedral.

O PUC abrange o território limitado a poente pela rua António Sérgio/ rua Almeida Garrett/ rua Dr. Francisco Piçarra de Matos até à VICEG (Via de Cintura Externa da Guarda), variante à EN16, que limita a área a sul e a nascente. A norte, a área é limitada pela rua da República, avenida Cidade Waterbury e rua Cidade de Bejar.

A área do Plano integra duas linhas de água confluentes, que desaguam no Rio Diz, que formam dois vales com uma ocupação maioritariamente agrícola. Nas cumeadas a noroeste, principalmente nas proximidades com o centro da cidade, localizam-se áreas habitacionais, enquanto a sudeste, localiza-se o Parque Industrial. A área de estudo abrange uma superfície de 244,76 hectares.

II.1.1. Síntese e Diagnóstico do Território

Com base nos elementos desenvolvidos pela equipa do Plano e na caracterização apresentada na fase anterior – Relatório da Definição do Âmbito, sintetizam-se nos quadros seguintes os principais elementos de diagnóstico deste território:

OPORTUNIDADES		AMEAÇAS
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade ao centro histórico da cidade da Guarda; • Migração da população dos territórios rurais para o centro da cidade; • Aumento do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alterações Climáticas; • Plano Diretor Municipal da Guarda desatualizado face ao enquadramento legal atual e às novas realidades e dinâmicas socioeconómicas.

PONTOS FORTES		PONTOS FRACOS
ESTRUTURA BIOFÍSICA	<ul style="list-style-type: none"> • Vales de linha de água de carácter rural, sem presença de edificação; • Diversidade paisagística, contemplando uma diversidade de micro-paisagens de carácter rural; • Presença de matas adequadas e bem desenvolvidas de vegetação autóctone de elevado valor ecológico, ambiental e paisagístico; • Presença de Lameiros e Prados/Pastagens de elevado interesse paisagístico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Galeria ripícola fragmentada; • Margens dos cursos de água com pressões de usos e ocupações do solo agrícola; • Espaços naturais com necessidade de uma gestão integrada, nomeadamente as áreas florestais; • Áreas com declives predominantemente acentuados.
ESTRUTURA URBANA	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração do edificado, havendo poucos edifícios dispersos e pontuais; • Parque edificado relativamente jovem (idade média 30 anos); • Maior peso dos edifícios licenciados na freguesia onde se insere o Plano face ao concelho, apesar da sua global diminuição; • Quantidade elevada de equipamentos de educação e desportivos; • Presença da VICEG que estabelece boas acessibilidades entre o território em estudo e o centro da cidade da Guarda e a rede nacional de autoestradas; • Rede de transportes públicos abrange a área do Plano, contemplando um total de 17 paragens de autocarro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aglomerados urbanos desconectados, havendo interrupções na malha viária e estrangulamentos na malha urbana; • Défice de conexão e articulação entre os aglomerados urbanos presentes na área do Plano; • Elevada utilização do automóvel; • Défice de passeios nos arruamentos; • Reduzida mobilidade por modos suaves; • Inexistência de ruas arborizadas e de estrutura verde urbana coerente; • Défice de espaços verdes urbanos, capazes de proporcionar benefícios ambientais e sociais.
SOCIOECONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da população residente na freguesia onde se insere o Plano, em oposição à diminuição verificada num contexto municipal; • População residente na área do Plano é menos envelhecida face à realidade da freguesia onde se insere; • Maior número de pessoas com qualificações elevadas face à realidade da freguesia onde se insere; • Setor terciário como protagonista ao nível das atividades económicas e do emprego (cerca de 60%); • Área de atividades económica com localização estratégica em termos de acessibilidades; • Área de atividades económica com potencial de crescimento; • Baixas taxas de desemprego. 	<ul style="list-style-type: none"> • População afeta ao setor primário reduzida, levando difícil sustentação das áreas agrícolas e florestais presentes no Plano.
AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> • Boa qualidade do Ar; • Maioria dos cursos de água apresenta boa qualidade global das massas de água. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pressão agrícola na qualidade do estado das massas de água.

II.2. OBJETO DE AVALIAÇÃO

II.2.1. Enquadramento no Plano Diretor Municipal

Nesta área encontra-se em vigor o Plano Diretor Municipal da Guarda, aprovado 1994 e alterado 2002. A área do Plano encontra-se integrada em três categorias de espaço: **Área Urbana e Urbanizável**, composta por Urbano e Urbanizável, Construção Condicionada, Indústria Existente e Indústria Prevista, **Área Rural**, formada por Áreas de Mata e Uso Florestal a Manter, e **Área de Salvaguarda Estrita**, que na área em estudo é composta pela Reserva Agrícola Nacional.



Refere-se, ainda, que a área de estudo inclui a unidade operativa de planeamento e gestão designada de **UO2 – Plano de Pormenor dos Terrenos Envolventes do Acesso ao IP2 (zona de expansão do centro)**. Porém, até à data, não se realizaram quaisquer desenvolvimentos sobre esta unidade.

II.2.2. Fundamentação

Um Plano Diretor Municipal (PDM) e um Plano de Urbanização (PU) é um Instrumento de Gestão Territorial (IGT). A nova legislação, afeta à elaboração dos IGT, veio introduzir alterações significativas ao nível da qualificação do solo urbano.

O PUC enquadra-se no Plano Diretor Municipal da Guarda, em que parte do seu território é abrangido por categorias de solo urbano categorizadas como “Área Urbana e Urbanizável”, encontrando-se atualmente desatualizado no novo enquadramento legislativo, que determina a extinção da categoria de solo urbanizável e a sua reclassificação em áreas de solo rústico.

Assim, o Plano de Urbanização do Cabreiro pretende enquadrar estas novas matérias, realidades e/ou normas em vigor e rever a classificação do solo no território em questão, tendo em conta a

realidade atual do local e do concelho, respondendo à evolução das suas condições ambientais, económicas, sociais, culturais e políticas.

II.2.3. Antecedentes

O Plano de Urbanização em estudo corresponde à primeira proposta apresentada para o território em questão, não havendo antecedentes do Plano, nem de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

II.2.4. Elaboração do Plano de Urbanização do Cabroeiro

O Plano de Urbanização do Cabroeiro, atualmente com a Proposta concluída, foi elaborado em duas fases:

- **Trabalhos Preparatórios (Fase 1);**

- Caraterização do território, englobando o enquadramento territorial, o enquadramento em Planos de ordem superior, a caracterização biofísica, a caracterização socioeconómica e, por fim, a caracterização do edificado;
- Síntese e Diagnóstico;
- Modelo Territorial, desenvolvendo uma estratégia e objetivos para o território;

- **Proposta de Plano (Fase 2).**

O desenvolvimento do presente Relatório Ambiental incidiu sobre os Objetivos do PUC, apresentados no ponto seguinte, e sobre a Proposta de Plano, contando com as seguintes peças:

	PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO Proposta de Plano
PEÇAS ESCRITAS	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório • Regulamento • Relatório de Exclusões da Reserva Agrícola Nacional (RAN)
PEÇAS DESENHADAS	<ul style="list-style-type: none"> • Planta de Zonamento – Qualificação funcional • Planta de Zonamento – Estrutura ecológica • Planta de Condicionantes • Planta de Enquadramento • Extrato das Plantas de Ordenamento e Condicionantes do PDM em vigor • Planta de Situação existente • Planta de Infraestruturas • Planta de Rede viária – Hierarquia • Planta de Rede viária – Sentidos • Planta de Rede viária – Perfis-Tipo • Planta de Mobilidade suave • Planta de Compromissos urbanísticos

II.2.5. Objetivos

O Plano iniciou-se no dia 25 de junho de 2018, data na qual foram definidos os seguintes objetivos programáticos:

- *"Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;*
- *Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão em articulação com a malha urbana envolvente;*
- *Consolidação e estruturação das áreas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;*
- *Aumento da área do Parque Industrial;*
- *Instituição de um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia, do corredor afeto à via de ligação à VICEG;*
- *Redefinição do limite do solo urbano e detalhe da ocupação nas áreas ainda livres."*

O Plano de Urbanização do Cabroeiro teve como ponto de partida os objetivos descritos, porém o desenvolvimento dos estudos de caracterização desenvolvidos pela equipa deram origem a uma proposta de Modelo Territorial assente na incorporação de novos objetivos que atendessem sobretudo à salvaguarda e continuidade dos ecossistemas naturais, por serem entendidos como sistemas que promovem diversos serviços, nomeadamente de cariz ecológico, ambiental e social, concorrendo assim, para o desenvolvimento sustentável deste território.

O modelo territorial proposto para a área do Plano assenta em três sistemas estruturantes:

- **"Estrutura verde**, incluindo as áreas de salvaguarda mais estrita e as áreas de potencial ecológico e recreativo, enfatizando as possíveis conexões para fora da área do Plano e garantido a sua "penetração" nos tecidos urbanos, identificando as categorias de solo rústico a considerar;
- **Estrutura de mobilidade**, estabelecendo as vias estruturantes e de ligação no território em causa, bem como os percursos de mobilidade suave, incluindo percursos partilhados e promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;
- **Uso do solo urbano**, identificando as áreas a afetar aos usos urbanos de forma a favorecer complementaridades e salvaguardar compatibilidades, como sejam os equipamentos, as áreas de atividade económica e os espaços habitacionais, bem como os bairros enquanto unidades de vizinhança a estruturar e potenciar".

Posto isto, torna-se pertinente para o presente estudo de Avaliação Ambiental Estratégica a incorporação de três novos objetivos que reflita o delineado pelo Modelo Territorial na fase de caracterização, que é a base do Plano proposto. Assim, são também considerados os seguintes objetivos:

- Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;
- Criação de uma estrutura de mobilidade suave, incluindo percursos partilhados;
- Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.

Concluindo, para o presente trabalho foram considerados os objetivos descritos, uma compilação e adaptação dos objetivos mencionados, aproximando-se dos objetivos traduzidos pelo Modelo Territorial definido e pela Proposta de Plano.

OBJETIVOS (Adaptação)

- (O1) Estabelecimento da **ligação viária** entre o centro da cidade e a VICEG;
- (O2) Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma **zona de expansão urbana** em articulação com a malha urbana envolvente, instituindo um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia;
- (O3) **Consolidação e estruturação de áreas urbanas** não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;
- (O4) **Aumento da área do Parque Industrial**;
- (O5) Estabelecer **vias estruturantes e de ligação viária** no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à **valorização paisagística** da urbe e à **amenização climática e conforto urbano**;
- (O6) Criação de uma **estrutura de mobilidade suave**, incluindo percursos partilhados;
- (O7) Promoção da salvaguarda e continuidade dos **ecossistemas**, através de uma **estrutura verde** com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.

III. AVALIAÇÃO AMBIENTAL

A Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Urbanização do Cabroeiro avaliou e analisou as Opções e Propostas do Plano, com base na análise da situação atual e das tendências, de modo a avaliar as oportunidades e riscos decorrentes dos efeitos do Plano de Urbanização do Cabroeiro.

Esta análise teve como abordagem os Fatores Críticos de Decisão (FCD), que permitem a focalização de alguns temas que se entendem cruciais para um desenvolvimento sustentável do território em análise. A seleção destes fatores críticos resultou da análise integrada:

- do **quadro de referência estratégica**, isto é, dos documentos e objetivos estratégicos definidos a nível nacional e regional tais como o Acordo de Parceria – Portugal 2020, o Plano Regional de Ordenamento do Território, entre outros documentos identificados no Relatório Ambiental;
- dos **fatores ambientais**, definidos na legislação e ajustados à realidade da área em análise e
- dos **objetivos do Plano**.

Estes elementos foram analisados na fase anterior, o Relatório da Definição do Âmbito. O resultado desta análise foi ainda ajustado em função dos pareceres das entidades que se pronunciaram sobre esta primeira fase. Aos **fatores críticos** definidos foram atribuídos critérios de avaliação e objetivos de sustentabilidade, que definem o propósito que se pretende atingir com a implementação do PU.

A avaliação realizada nos pontos seguintes está estruturada nos FCD, e nela serão analisados os efeitos ambientais da concretização do plano, de acordo com os objetivos de sustentabilidade definidos sobre os FCD e critérios selecionados. Estes efeitos são aferidos através de indicadores selecionados que nos possibilitam a leitura de uma concretização, ou não, dos objetivos de sustentabilidade.

Posto isto, a tendência expectável face à situação atual dos valores aferidos pelos indicadores são qualificados em:

😊 Tendência positiva – OPORTUNIDADE; 😊 Tendência positiva, com particularidade negativa; 😞 Tendência negativa - RISCO

Os efeitos ambientais da concretização da Proposta do Plano são qualificados em:

😊 Positivo pouco significativo; 😊😊 Positivo significativo; 😊😊😊 Positivo muito significativo
😞 Negativo pouco significativo; 😞😞 Negativo significativo; 😞😞😞 Negativo muito significativo

Em resultado da identificação dos efeitos fazem-se recomendações que visam a potenciação dos efeitos positivos e a minimização dos efeitos negativos identificados, contribuindo para a concretização dos objetivos de sustentabilidade definidos. Estes foram qualificados consoante a sua ponderação, ou não, na Proposta de Plano em:

😊 Ponderado/Previsto; 😊 Ponderado/Previsto parcialmente; 😞 Não ponderado/previsto

Para uma análise mais detalhada dos efeitos ambientais associados às ações previstas no plano recomenda-se a consulta do Relatório Ambiental.

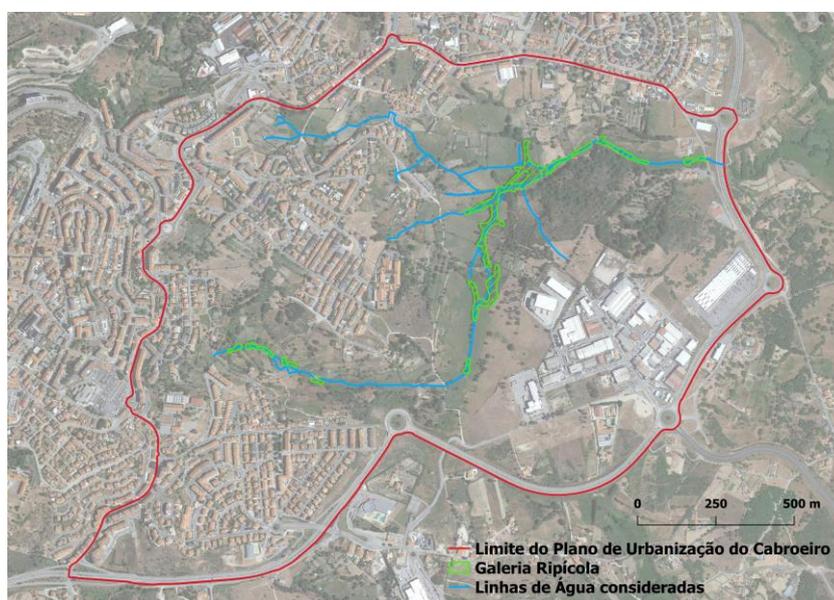
III.1. ECOSISTEMAS NATURAIS E RURAIS

III.1.1. Valores Naturais

Para o critério dos Valores Naturais pretende-se atingir dois objetivos de sustentabilidade: a **promoção das galerias ripícolas** e a **preservação e valorização das matas de vegetação autóctone**, aferidos através de dois indicadores.

Os valores naturais da área do Plano são protagonizados pelos seus vales de cariz rural, ocupados por prados naturais, espaços agrícolas e matas de vegetação autóctone. Os vales são estruturados pelas duas linhas de água afluentes do rio Diz, que desagua na margem esquerda do Rio Noéme, que por sua vez aflui ao Côa, integrando a grande Bacia Hidrográfica do Douro.

Ao longo das linhas de água estruturantes, que se desenvolvem através de dois vales, verifica-se a presença, embora fragmentada, de **vegetação ripícola**, porém esta só ocupa **32%** das linhas de água consideradas. Este tipo de vegetação contribui para o bom funcionamento do ciclo hidrológico, estabilizando as margens ribeirinhas, purificando e aumentando a infiltração da água, contribuindo para uma estratégia de desenvolvimento sustentável.



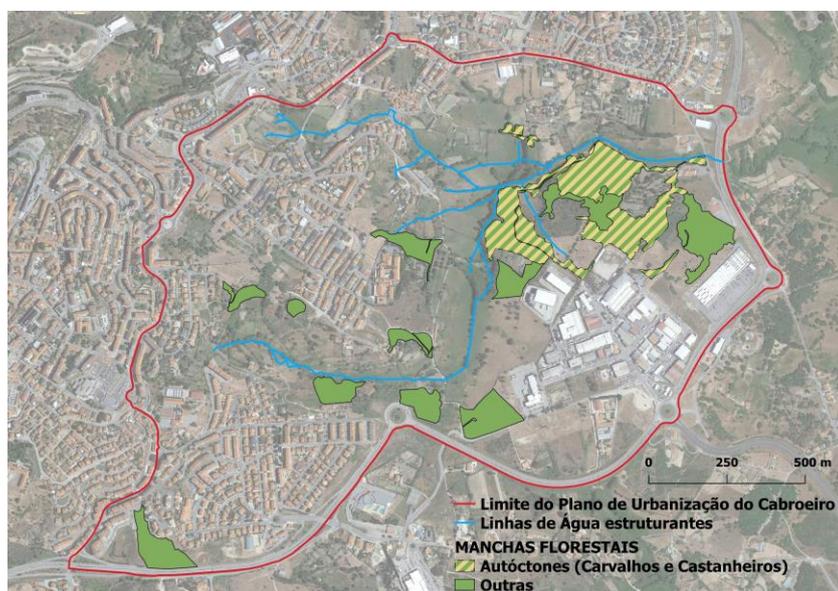
Em visita de campo verificou-se uma forte presença de silvas, uma espécie com um comportamento infestante neste habitat. O excesso de propagação deste arbusto leva à obstrução do leito de cheia, dificultando o escoamento da linha de água e a implementação da galeria ripícola adequada. A falta de intervenção verificada contribui para o agravamento deste cenário.

Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Extensão da galeria ripícola face à extensão das linhas de água estruturantes: 32%; 	<p style="text-align: center;">☹️</p> <p style="text-align: center;">Diminuir</p>
<ul style="list-style-type: none"> Nº de ações de recuperação e reabilitação dos ecossistemas ripícolas: 0. 	<p style="text-align: center;">☹️</p> <p style="text-align: center;">Manter</p>

As áreas onde predomina a vegetação de porte arbóreo são ocupadas por espécies bem adequadas ao local, não invasoras. A espécie mais abundante na área em estudo é o pinheiro-bravo, ideal na proteção dos ventos, que se encontram em manchas relativamente dispersas por todo o solo não urbano, em comunidades mais ou menos abertas.

Destacam-se, pela sua importância ecológica, ambiental e paisagística, as **manchas florestais de duas espécies autóctones, nomeadamente os carvalhos e os castanheiros**, duas das folhosas mais comuns em Portugal, sendo que os carvalhos mais comuns da região da Beira da Alta são o Carvalho-negral e o Carvalho-alvarinho.

Destacam-se, também, os alinhamentos arbóreos, de castanheiros e carvalhos, ao longo do caminho rural ao longo da margem direita da linha de água estruturante. Trata-se de um caminho de grande interesse paisagístico e com potencial para uma componente social e recreativa, tanto pelas suas paisagens agroflorestais circundantes, como também pelo seu conforto bioclimático proporcionado pela vegetação arbórea e pela proximidade à linha de água permanente.



Esta vegetação arbórea autóctone, considerada relevante, representa **45%** das áreas florestais atuais. Prevê-se o seu aumento, conseqüente da tendência atual de abandono das atividades agrícolas, porém de forma desordenada e potencialmente desadequada, uma vez que se pretende, também, uma função recreativa e de lazer dos espaços de cariz rural.

A falta de intervenção verificada, nomeadamente ações de recuperação e/ou reabilitação, contribui para o agravamento deste cenário previsto.

Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Peso dos espaços florestais de vegetação autóctone relevante, nomeadamente compostos por Carvalhos e Castanheiros, face à área florestal total: 45%; 	<p>Aumentar</p>
<ul style="list-style-type: none"> Nº de ações de recuperação e reabilitação dos ecossistemas florestais: 0. 	<p>Manter</p>

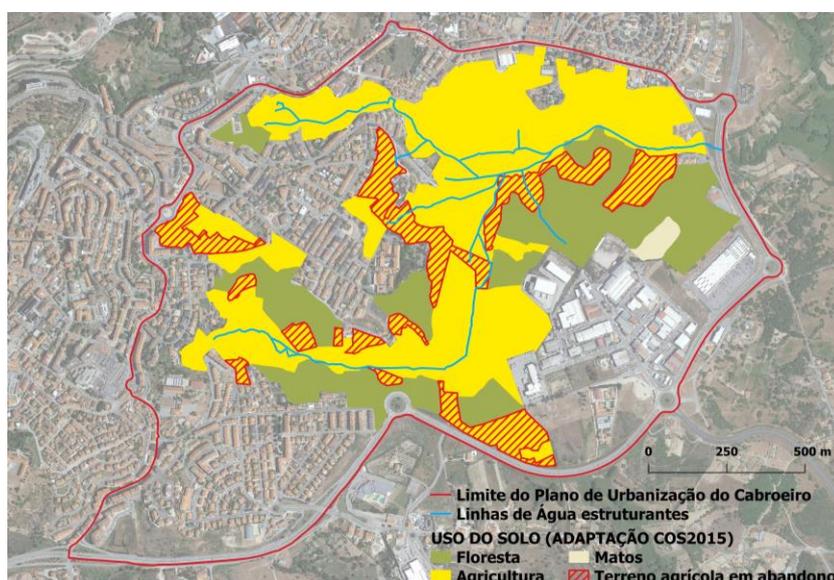
III.1.2. Valores Paisagísticos

Para o critério dos Valores Paisagísticos pretende-se atingir um objetivo de sustentabilidade: **a preservação do carácter rural associado aos vales**, contribuindo conseqüentemente para a salvaguarda dos valores paisagísticos, que, na sua maioria, são subseqüentes às práticas de cariz rural aí praticadas. Este objetivo é aferido através de três indicadores.

Os valores paisagísticos da área do Plano são protagonizados pelos elementos e práticas culturais, que contribuem para a formação das áreas de cariz rural e natural. Estes valores tornam-se excepcionais e singulares por formarem uma micropaisagem, contígua à cidade da Guarda, capaz de transmitir sensações de ruralidade e misticidade sem a perceção de proximidade ao ambiente urbano.

Verifica-se uma **diminuição de espaços agrícolas cultivados**, conseqüente do progressivo aumento do abandono das atividades agrícolas. Atualmente, **23%** dos espaços agrícolas são terrenos agrícolas em abandono.

Analisando a evolução dos espaços agrícolas até à data, prevê-se que a tendência seja de aumento do abandono destes espaços, seguindo a tendência regional e nacional.



Nestes espaços agrícolas verifica-se a existência de estruturas de cariz rural que contribuem para o elevado valor paisagístico do local, nomeadamente caminhos com muros de pedra, casas rurais, entre outros. Porém, estas estruturas não são valorizadas.

Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Área de terrenos agrícolas em abandono face à área total de espaços agrícolas: 23%; 	<p style="text-align: center;">☹️</p> <p style="text-align: center;">Aumentar</p>
<ul style="list-style-type: none"> Nº de ações de valorização, reabilitação ou restauro de estruturas de cariz rural, como muros de pedra e casas rurais: 0; 	<p style="text-align: center;">☹️</p> <p style="text-align: center;">Manter</p>
<ul style="list-style-type: none"> Percentagem do território em solo rural associado aos vales coberto pela Estrutura Ecológica: 0%. 	<p><i>Não aplicável</i></p>

III.1.3. Efeitos do Plano

	Efeitos positivos	Efeitos negativos
VALORES NATURAIS	A Proposta de Plano salvaguarda quase toda a totalidade da extensão das linhas de água estruturantes, através da qualificação do solo associada e da sua integração em Estrutura Ecológica.	A Proposta de Plano contribuí para a diminuição de matas de vegetação autóctone em cerca de 28%, através da sua integração em categorias de solo não compatíveis com o uso florestal.
	 <u>Considera-se o efeito positivo, direto e muito significativo.</u>	 <u>Considera-se o efeito negativo, direto e cuja significância é atenuada pelas propostas de arborização dos arruamentos e pela criação de espaços verdes urbanos.</u>
VALORES PAISAGÍSTICOS	A Proposta de Plano integra 90% do espaço rural associado aos vales em categorias de solo que contribuem ou são compatíveis com a preservação da sua paisagem rural e 87% do espaço é abrangido pela Estrutura Ecológica que promove a valorização paisagística.	A Proposta de Plano contribuí para a diminuição do carácter rural em 10%, através da sua integração em categorias de solo que não promovem a sua salvaguarda. Porém, a proporção de solo rural em questão não possui valores paisagísticos de carácter rural relevantes.
	 <u>Considera-se o efeito positivo, direto e significativo.</u>	 <u>Considera-se o efeito negativo, direto e pouco significativo.</u>

III.1.4. Recomendações

	RECOMENDAÇÕES		
PARA O PLANO	Deverá ser prevista uma área de salvaguarda à linha de água prevista no equipamento proposto do Bairro da Luz, ao qual deverão ser interditas as ações que ameacem a sua naturalização.		Não previsto no Plano, mas previsto na legislação aplicável em vigor.
	Deverão ser equacionados nos espaços florestais de uso múltiplo a rearborização com espécies autóctone relevante.		Parcialmente previsto no Art.º 21.º, que promove a arborização ou rearborização com recurso a espécies autóctones.
	Deverão ser preservadas as estruturas de cariz rural, nomeadamente muros de pedra, casas rurais, entre outros, bem como promover a sua valorização.		Previsto no Art.º 38.º, referente à EEF, que salvaguarda as estruturas tradicionais associadas à atividade agrícola.
PARA O SEGUIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • O Município deverá garantir a gestão de combustível das parcelas rústicas, pelos seus proprietários, nomeadamente nos termos da legislação de defesa da floresta contra incêndios; • Sugere-se que sejam feitas ações de formação ou de sensibilização dirigidas à população afeta ao setor agrícola, que promovam a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e ambientais e que reflitam a importância de salvaguarda dos corredores ripícolas, dando destaque para importância de uma gestão cuidada deste ecossistema; • Recomenda-se que a município, junta de freguesia e/ou associações desenvolvam mecanismos de incentivo às práticas agrícolas em geral, impondo normas de qualidade ambiental, contrariando o progressivo abandono agrícola que se verifica; • Sugere-se que o município pondere a compra de terrenos rústicos com atividade agrícola em abandono, de modo a implementar hortas urbanas e/ou comunitárias; • Na execução das vias propostas, e sempre que estas afetem áreas integradas em EE Fundamental, sugere-se que os projetos optem por se implantar em caminhos existentes ou, em alternativa, nos limites das parcelas de modo a evitar a fragmentação dos espaços rurais. Pretende-se, também, que se incentive a sua permeabilização e uma dimensão reduzida, quando adequado. 		

III.2.URBANISMO

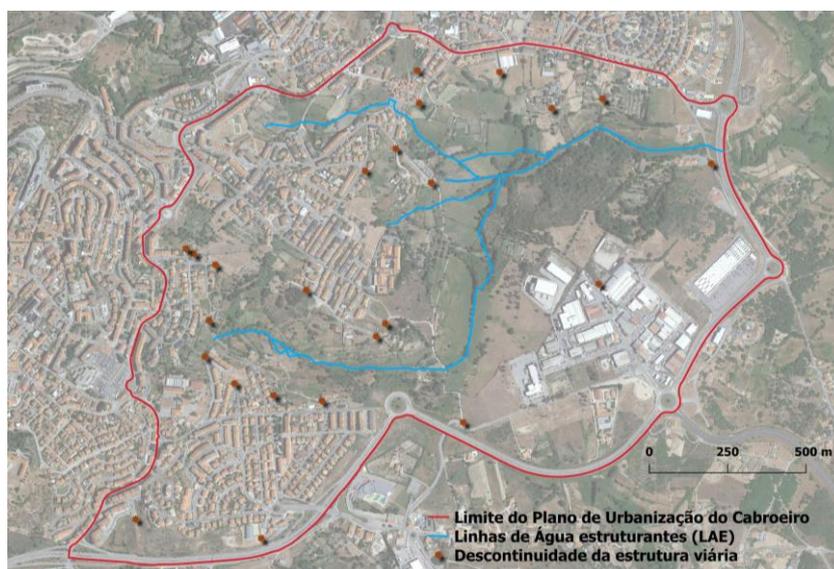
III.2.1. Qualidade Urbana

Para o critério da Qualidade Urbana pretende-se atingir três objetivos de sustentabilidade: a **colmatação e coesão da malha urbana**, a **criação de espaços verdes urbanos** e a **promoção da arborização do público, nomeadamente das ruas**, que são aferidos através de seis indicadores.

A maioria do edificado é de habitação unifamiliar, composta por quatro bairros, o Bairro N.ª Sr.ª dos Remédios (sudoeste), o Bairro da Luz (noroeste), o Bairro Póvoa do Mileu (norte) e o Bairro do Pinheiro (ambos), sendo estes dois últimos de forma parcial.

A habitação coletiva concentra-se nas zonas confinantes com a rua Francisco Piçarra de Matos, a rua Almeida Garrett, a rua António Sérgio e a rua da Cidade de Beja, formando uma linha circundante aos limites oeste e norte do Plano, que corresponde à zona de maior proximidade ao centro da cidade da Guarda. É, também, nestas áreas que se localizam os edifícios com utilização mista, habitação e comércio/serviços.

Atualmente, os bairros encontram-se muito pouco articulados entre si, conseqüente da difícil fisiografia do terreno. A **malha urbana** caracteriza-se pela existência de diversas interrupções na estrutura viária, com vários arruamentos sem continuidade ou com estrangulamentos. Verifica-se, atualmente, **23 situações de descontinuidade** da estrutura viária, que impedem a colmatação e a coesão da malha urbana.



O Plano Rodoviário Municipal da Guarda (PRM2020-2040) contribuí para a colmatação e coesão da malha urbana na área do PU do Cabroeiro, estabelecendo a proposta de três vias: **Variante do F's** (ligação entre a VIGEG e a rotunda do F's) e as suas respetivas ligações à malha urbana, a via denominada de V1 e a V2.

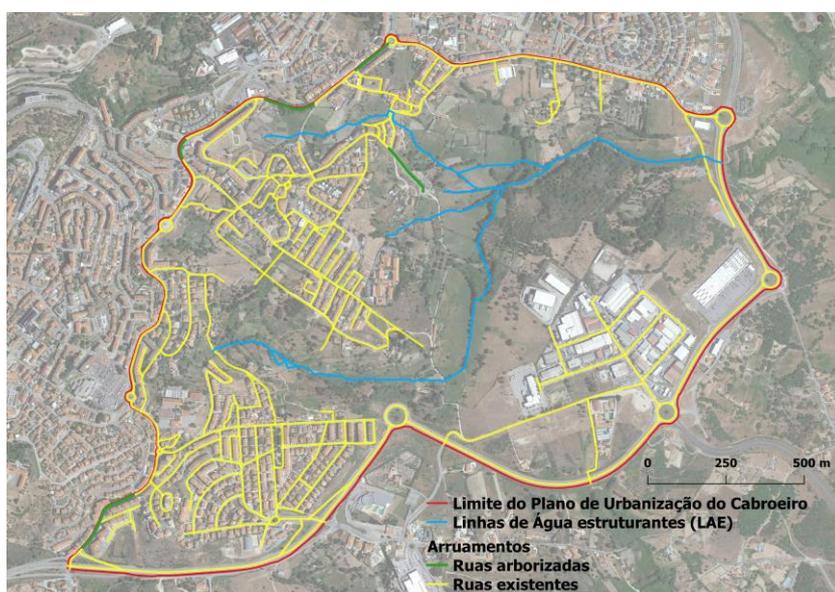
Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Nº de descontinuidades da malha urbana (arruamentos sem continuidade/ estrangulamentos/ inexistência de ligações com a malha urbana adjacente): 23; 	 Manter
<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução de novos edifícios destinados a habitação em espaços a estruturar: indicador de seguimento; 	<i>Não aplicável</i>
<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução das infraestruturas viárias propostas que conectam e colmatam a malha urbana: indicador de seguimento. 	<i>Não aplicável</i>

Em visita de campo, constatou-se a **inexistência de verdadeiros espaços verdes urbanos**, não contribuindo de forma tão eficaz para a melhoria da qualidade de vida, para a melhoria da qualidade do ar e para um maior conforto bioclimático do espaço público urbano.



Em 2011, a população residente na área do Plano é de 5080 habitantes (Censos 2011, INE) e os espaços verdes urbanos perfazem uma área de 6922 m², resultando **em 1,36 m²/habitante**. Porém, os espaços verdes considerados não adquirem verdadeiras funções enquanto jardins ou parques, por estes adquirirem um carácter mais de praça ajardinada ou de equipamento com pequenos canteiros e caldeiras com vegetação.

Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Capitação de espaços verdes urbanos: 1,36 m²/habitante; 	 Manter
<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução de espaços verdes urbanos propostos: indicador de seguimento. 	<i>Não aplicável</i>



Verifica-se uma **insuficiência de ruas arborizadas**, dificultando o uso confortável do espaço e o seu contributo para a melhoria da qualidade urbana e do ambiente da cidade da Guarda.

Atualmente, apenas **3% das ruas existentes estão arborizadas**.

Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Peso das ruas arborizadas face às não arborizadas: 3%. 	 Manter

III.2.2. Sustentabilidade Urbana

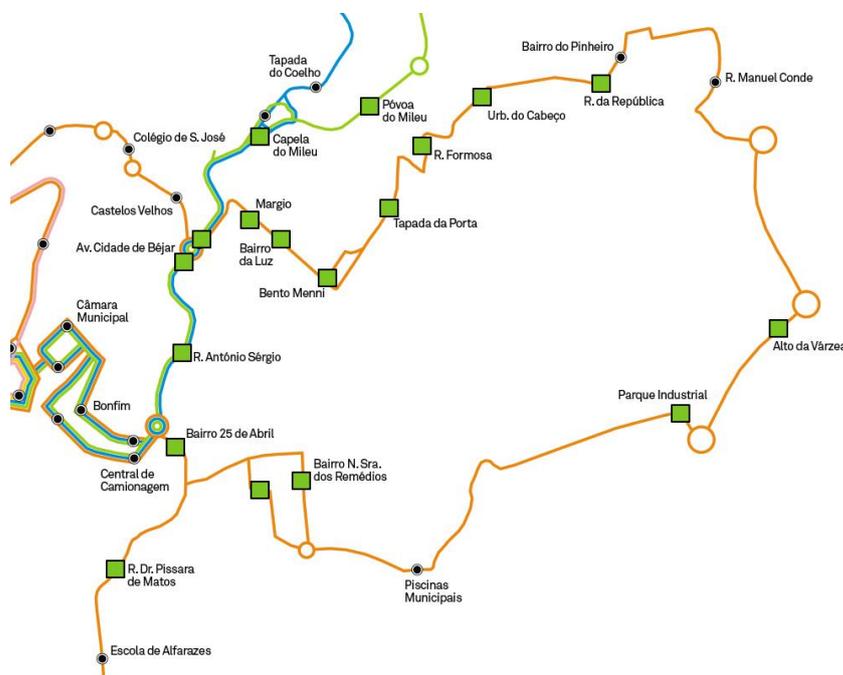
Para o critério dos Sustentabilidade Urbana pretende-se atingir três objetivos de sustentabilidade: a **dotação do espaço público de uma rede de mobilidade suave**, a **promoção do uso dos transportes públicos pela população** e o **acesso a equipamentos coletivos**, que concorrem para formas de vivências mais sustentáveis. Estes objetivos são aferidos por nove indicadores.

A mobilidade praticada pela população da Guarda é essencialmente feita através de transporte próprio, não contribuindo para uma sustentabilidade urbana. Porém, existe uma rede de transportes coletivos urbanos de passageiros, sob concessão da TUG – Transportes Urbanos da Guarda, que responde às necessidades atuais da população, perfazendo um total de seis percursos ramificados que confluem no centro da cidade.

A população residente na área do Plano é servida, na sua totalidade, por transportes públicos, ou seja toda a população é dotada de pelo menos uma paragem de autocarro a uma distância igual ou inferior a 500 metros.

A **Linha 6 – Bairro do Pinheiro – Jardim José de Lemos** é a linha que abrange a totalidade da área do Plano, através de 13 locais de paragens de autocarro. Esta linha apresenta muita abrangência, porém pouca frequência diária, nomeadamente **10 paragens por dia nos dias úteis e nenhuma aos fins-de-semana e feriados**.

Considerando a Linha 6, estima-se que, em média, 25 pessoas usufruem dos transportes públicos por dia.



Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> População servida por transportes públicos (a menos de 500 metros dos pontos de paragens): 100%. 	 Manter
<ul style="list-style-type: none"> Frequência diária dos transportes públicos: 10 paragens/dia nos dias úteis e 0 paragens/dia aos fins-de-semana e feriados; 	 Manter
<ul style="list-style-type: none"> Nº de pessoas que usufruem da mobilidade através dos transportes públicos: 25 pessoas/dia (estimativa Linha 6). 	 Manter

Atualmente, a área do Plano não detém nenhum espaço reservado para a **mobilidade suave**. Porém, existe uma "pedovia" prevista (passeio largo/ ciclovia), que segue a VICEG em quase toda a sua extensão. Esta, sendo formalizada, haverá um total de 3636 metros de via destinada à mobilidade suave e **0,72 ml/habitante** na área do Plano. Considerando a pedovia prevista, a **população servida pela rede de mobilidade suave**, a uma distância igual ou inferior a 500 metros, é de **46 %**.

Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Capitação da rede de mobilidade suave: 0,72 ml/habitante (considerou-se a Pedovia prevista); 	 Manter
<ul style="list-style-type: none"> População servida pela rede de mobilidade suave (a menos de 500 metros): 46% (considerou-se a Pedovia prevista). 	 Manter



A área em estudo integra uma quantidade considerável de **equipamentos**, nomeadamente de educação, de saúde, sociais e desportivos, que abrangem quase a totalidade da população da área em estudo, cerca de **94%**.

Apesar de não integrar algumas tipologias de equipamentos ou serviços coletivos, como farmácias, centros de saúde ou supermercados, este défice é colmatado pelos que se localizam na proximidade, a menos de 500 metros.

Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos escolares (a menos de 500 metros): 100%; 	 Manter
<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos desportivos (a menos de 500 metros): 75%; 	 Manter
<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos sociais (a menos de 500 metros): 60%; 	 Manter
<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos de saúde (a menos de 500 metros): 88%. 	 Manter

III.2.3. Efeitos do Plano

	Efeitos positivos	Efeitos negativos
QUALIDADE URBANA	<p>A Proposta de Plano resolve quase na sua totalidade o nº de descontinuidades da malha urbana e aumenta de forma clara a coesão da malha urbana através das vias propostas, em especial com a Variante dos F's. O Plano propõe um aumento na ordem dos 276% das "Áreas Verdes de Utilização Coletiva", sendo estes integrados na sua totalidade na Estrutura Ecológica, aumentando a sua funcionalidade ecológica, ambiental e social. O Plano propõe, também, associada à EE complementar uma maior arborização das ruas. A proposta de uma rede de mobilidade suave promove, também, a coesão territorial e social, de modo sustentável.</p>	<u>Sem efeitos negativos.</u>
	<p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;"><u>Consideram-se os efeitos positivos, diretos e muito significativos.</u></p>	
SUSTENTABILIDADE URBANA	<p>A Proposta de Plano melhora a eficácia da Rede de Transporte Públicos, através da criação da variante do F's.</p>	<u>Sem efeitos negativos.</u>
	<p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;"><u>Considera-se o efeito positivo, indireto e pouco significativo.</u></p>	
	<p>A Proposta de Plano propõe uma Rede de Mobilidade Suave bem articulada com o território, que conecta a área ao centro da cidade da Guarda e a outros pontos de interesse social, cultural e recreativo, promovendo a adoção por uma mobilidade suave por parte da População.</p> <p>A Proposta de Plano garante o acesso aos equipamentos e serviços coletivos integrados dentro da área do Plano, através da promoção da coesão territorial e social. O acesso aos equipamentos e serviços fora da área do Plano é melhorado através da Rede viária proposta e da Rede de mobilidade suave proposta.</p>	
	<p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;"><u>Consideram-se os efeitos positivos, diretos e muito significativos.</u></p>	

III.2.4. Recomendações

RECOMENDAÇÕES		
PARA O PLANO	Deverá ser feita a requalificação das vias existentes, de modo a que estas integrem passeios adequados e que promovam a mobilidade suave.	 Previsto através do 41.º e 42.º, em que propõe a adoção progressiva de Perfis Tipo definidos na Planta de Rede Viária – Perfis Tipo.
	Sempre que a proposta o permita devem ser mantidas as espécies arbóreas autóctones existentes, nomeadamente na execução dos espaços verdes urbanos.	 Parcialmente previsto no Art.º 14, que impede o corte ou derrube de espécies arbóreas ou arbustivas de inegável valor natural ou paisagístico.
	Deverá estar previsto em Regulamento a execução de projetos de paisagismo globais, ou articulados, para as novas áreas de atividades económicas, ainda que a sua execução seja faseada.	 Não previsto.
	A arborização deverá ser contínua ao longo da rede de mobilidade suave, salvo a exceção da largura da via não ser adequada, e no caso das Pedovias a arborização deverá ser feita contígua às vias de mobilidade suave.	 Parcialmente previsto no Art.º 24.º, referente à arborização dos arruamentos, no Art.º 39.º referente à EE Complementar e através do Art.º 39.º, em que propõe a adoção progressiva de Perfis Tipo definidos na Planta de Rede Viária – Perfis Tipo, porém a questão do contígua é contrariada em alguns Perfis-Tipo.
	Nas áreas verdes propostas deverão ser utilizadas preferencialmente espécies autóctones ou bem adaptadas às condições edafoclimáticas, sempre com baixas exigências hídricas.	 Está prevista no Art.º 24.º, referente à arborização dos arruamentos, e no Art.º 37.º referente à EE Complementar.
	Os arruamentos deverão, sempre que a largura e a tipologia se mostre adequada, integrar alinhamentos arbóreos, de modo a promover uma qualidade paisagística do ambiente urbano, a melhoria da qualidade do ar e um aumento do conforto bioclimático.	 Está prevista no Art.º 24.º, referente à arborização dos arruamentos, no Art.º 39.º referente à EE Complementar e através do Art.º 42.º, em que propõe a adoção progressiva de Perfis Tipo definidos na Planta de Rede Viária – Perfis Tipo.
PARA O SEGUIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Deverá ser progressivamente incentivado o aumento da frequência de paragens diárias pelos transportes públicos na área do Plano, de modo que a oferta seja adequada para o eventual crescimento da população na área; • Sugere-se que sejam feitas ações de formação ou sensibilização dirigidas à população, que promovam a adoção de uma mobilidade suave, em oposição de uma mobilidade motorizada; • Recomenda-se que seja reforçada a arborização das vias existentes, caso se verifique insuficiente ou não funcional, de forma a criar verdadeiros corredores verdes em contexto urbano, capazes de assegurar a continuidade da Estrutura Ecológica. 	

III.3. SOCIOECONOMIA

III.3.1. População

Para o critério da População pretende-se atingir dois objetivos de sustentabilidade: **promover o aumento da população, respondendo às necessidades de ocupação das áreas de expansão urbana e promover a qualificação e integração profissional da população**, que são aferidos através de quatro indicadores.

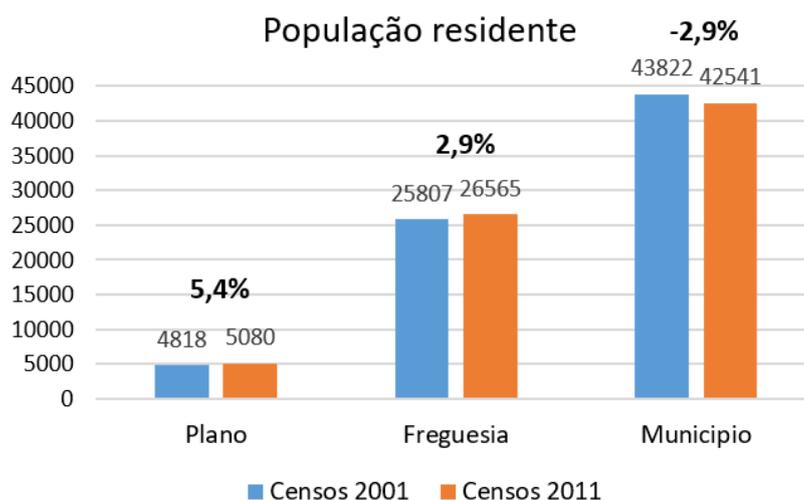
A **evolução da população residente total** na freguesia de Guarda, na última década censitária (2001/2011), revelou um acréscimo de 2,9% da população face a 2001, contrariamente à tendência do concelho, em que se verifica um decréscimo.

Relativamente à população residente na área do Plano houve um **acrécimo de 5,4%** entre 2001 e 2011, valor superior ao da freguesia em que se insere.

Em 2011, registou-se 5080 residentes, correspondendo a uma densidade populacional de 2075 habitantes/km², valor muito superior à realidade da freguesia que é de 705 habitantes/km², relevando o carácter do PU enquanto território contíguo ou de extensão à cidade da Guarda.

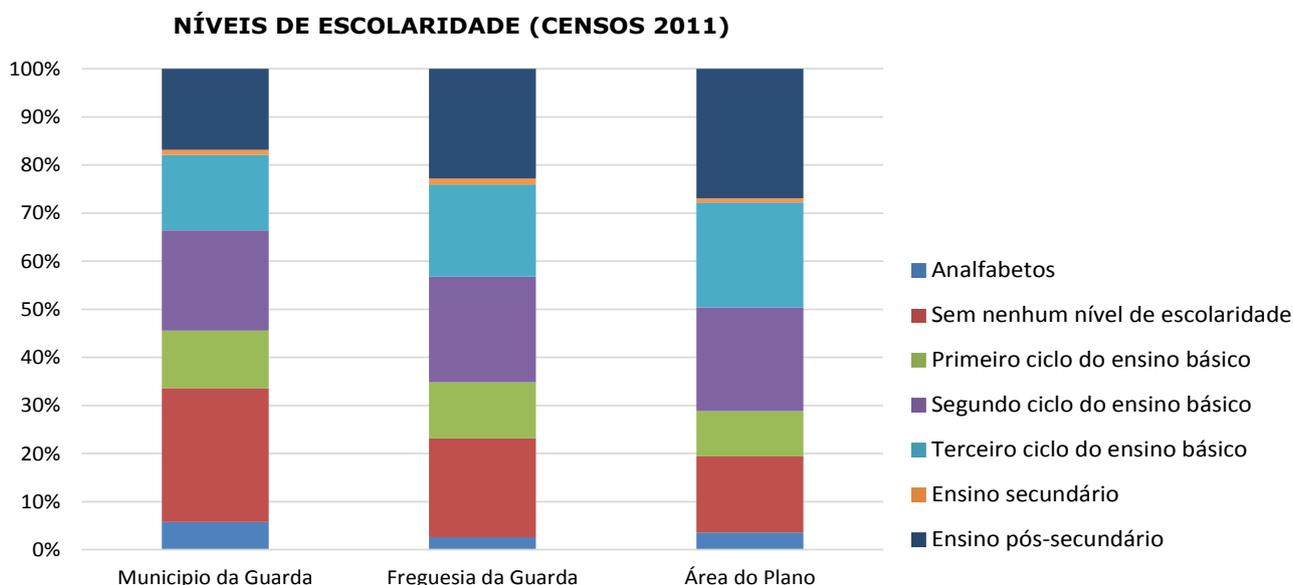
Com base nas estatísticas do período temporal analisado (2001-2011), estima-se que em 2021 a população residente atinja um valor próximo de 5354 e em 2031 de 5643. Porém, e como já foi mencionado, face à Pandemia as estimativas dificilmente corresponderão à realidade.

Salienta-se que, os valores analisados são referentes ao último período censitário, por serem os dados que apresentam uma abrangência ao nível do Plano. Não foi feita uma estimativa com os valores mais recentes da população ao nível do concelho, por estes não seguirem a mesma tendência que a evolução da população residente na área do Plano.



Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Evolução da população residente: 5,4% de acréscimo (dados 2001/2011), estimando-se que em 2021 a população seja de 5354 indivíduos e em 2031 de 5643 indivíduos. 	 Manter

Relativamente aos níveis de **qualificação da população**, a área do Plano reflete um panorama mais favorável face à realidade do concelho e da freguesia em que se insere, revelando um maior potencial e contributo para o desenvolvimento económico. Assim, e segundo os Censos de 2011, **27%** da população residente na área do PUC concluiu o **grau de ensino superior ou de ensino pós-secundário**, enquanto no concelho e na freguesia os valores são de 17% e 23%, respetivamente.



A **integração profissional** da população é analisada a partir da relação de população residente desempregada à procura de emprego e população residente empregada. De acordo com os Censos 2011, a população potencialmente ativa em 2011 é de 2707 indivíduos, em que **90% é população empregada e 10% é desempregada**. Refere-se que os dados utilizados são do ano 2011 por serem os únicos dados disponíveis com o nível de especificidade à área do Plano.

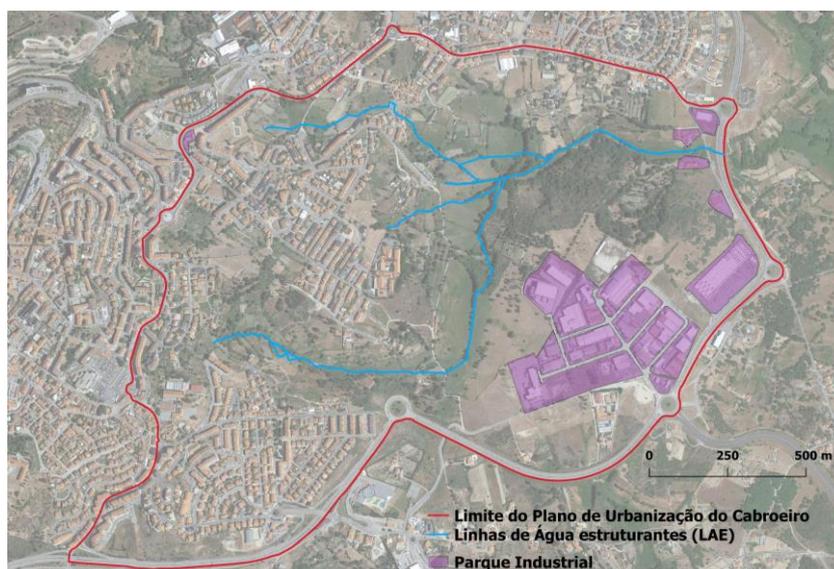
Ao nível do concelho, o n.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego, em dezembro de 2019, eram de **1196 desempregados inscritos no centro de emprego**. Mais se refere que, devido à Pandemia de COVID-19, os valores serão influenciados pela crise laboral consequente à pandemia.

Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Níveis de qualificação da população residente: 27% concluiu um grau de ensino superior ou de ensino pós-secundário (dados de 2011); 	<p>Aumentar</p>
<ul style="list-style-type: none"> Relação entre população empregada e desempregada: 90/10 (dados de 2011); 	<p>Diminuir</p>
<ul style="list-style-type: none"> N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego: 1196 (dados do concelho de dezembro de 2019). 	<p>Aumentar</p>

III.3.2. Economia

O Parque Industrial existente na área do Plano localiza-se na articulação entre a VICEG e a A23, uma localização privilegiada do ponto de vista do escoamento de produtos, mas também da possibilidade de localização de áreas ligadas à logística urbana.

Atualmente, existem fábricas de peças automóveis, de materiais de construção, metalúrgicas, prestações de manutenção industrial, lavandarias industriais, centro de inspeções, escritórios empresariais, comércio de decoração e *bricolage*, associações, cafés/restaurantes, entre outros. A área ocupada do Parque Industrial perfaz um total de 213557 m², considerando os quarteirões ocupados.



O desenho atual do Parque Industrial contempla um total de 37 lotes, dos quais 5 não estão ocupados, perfazendo 87% de área ocupada, aproximadamente. Os lotes não ocupados têm, em média, 2850 m², podendo ser um valor que restringi a fixação de empresas com necessidades de dimensões superiores.

Na ausência do Plano, o território rege-se pelo Plano Diretor Municipal da Guarda, que propõe uma expansão do Parque Industrial da Guarda, denominado de Indústria no PDM, em que apresenta uma maior área de expansão para poente e norte, afetando com mais significância os valores naturais e paisagísticos existentes na área do Plano.

Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Nº de lotes ocupados no Parque Industrial, face aos não ocupados: 32 lotes ocupados e 5 lotes não ocupados; 	 Aumentar
<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução de novos edifícios destinados a atividades económicas em espaços a estruturar: indicador de seguimento. 	<i>Não aplicável</i>

III.3.3. Efeitos do Plano

	Efeitos positivos	Efeitos negativos
POPULAÇÃO	<p>A Proposta de Plano propõe a consolidação e expansão em zonas contíguas de espaços habitacionais, possibilitando a fixação de novos residentes. Refere-se que esta proposta responde a uma tendência de crescimento da população residente na freguesia onde o Plano se insere. A melhoria da qualidade paisagística no ambiente urbano, o aumento de espaços verde de utilização coletiva, a melhoria de acessibilidades ao centro da cidade e a proposta de uma rede de mobilidade suave, são fatores que promovem a atratividade da área do Plano sobre a população.</p> <p>Refere-se, ainda, que a proposta de expansão do Parque Industrial promove a criação de mais emprego e, consequentemente, a possível integração profissional da população residente.</p>	Sem efeitos negativos.
	<p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;"><u>Consideram-se os efeitos positivos, diretos e muito significativos.</u></p>	
	<p>A melhoria e o reforço de acessibilidades ao centro da cidade, e a cidades de municípios vizinhos, contribui para um maior acesso a equipamentos de educação ou a empresas, permitindo assim a promoção da qualificação e integração profissional da população.</p>	
	<p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;"><u>Consideram-se os efeitos positivos, indiretos e significativos.</u></p>	
ECONOMIA	<p>A Proposta de Plano promove a instalação de empresas no Parque Industrial através de Incentivos, nomeadamente a transferência de atividades económicas, com evidentes impactes ambientais negativos.</p>	Sem efeitos negativos.
	<p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;"><u>Consideram-se os efeitos positivos, diretos e significativos.</u></p>	
	<p>O aumento da área afeta às atividades económicas possibilita a fixação de empresas.</p> <p>A Rede viária proposta poderá ser um dos elementos valorizadores do Parque Industrial, facultando-lhe uma maior acessibilidade, o que levará a uma maior atratividade para fixação dos interessados.</p>	
	<p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;"><u>Consideram-se os efeitos positivos, indiretos e significativos.</u></p>	

III.3.4. Recomendações

RECOMENDAÇÕES		
PARA O PLANO	A rede de mobilidade suave deverá abranger os espaços habitacionais, garantindo a sua funcionalidade enquanto infraestrutura de mobilidade.	 <p>Está prevista no Art.º 41.º, em que propõe a adoção progressiva de Perfis Tipo definidos na Planta de Rede Viária – Perfis Tipo, e no Art.º 42.º, que propõe uma Rede de Mobilidade Suave e remete para a planta em questão.</p>
	Deverá ser promovida uma maior coesão territorial através das redes de mobilidade, garantindo um funcional acesso aos equipamentos e serviços coletivos, bem como ao acesso ao emprego.	 <p>Está prevista no Art.º 41.º, que propõe novas vias e uma maior funcionalidade das existentes através das Plantas de Rede Viária, e no Art.º 42.º, que propõe uma Rede de Mobilidade Suave e remete para a planta em questão.</p>
PARA O SEGUIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se que o Município, em colaboração com o Centro de Emprego, promova a qualificação dos desempregados inscritos de modo progressivo, respondendo ao eventual crescimento do Parque Industrial; • No sentido de promover a atracção e fixação de novas empresas para o Parque Industrial, a Câmara Municipal deverá desenvolver e implementar um plano de comunicação e de marketing territorial, direccionado para a promoção do novo espaço de actividades económicas; • As empresas locais ou associações empresariais deverão promover atividades, ações, projetos, que incentivem as sinergias e o trabalho em parceria entre as várias empresas (ex.: empresas de embalagem com outras empresas que necessitam embalar os seus produtos), partilha de transportes (de trabalhadores e de mercadorias), entre outros; • Deverá ser assegurada a manutenção cuidada das vias afetas ao Parque Industrial, de modo a evitar a suspensão de poeiras e partículas. 	

III.4.AMBIENTE

III.4.1. Qualidade Ambiental

A qualidade ambiental depende de uma diversidade de fatores, na presente análise pretendemos dar destaque aos que poderão ser mais questionáveis quanto o seu estado de qualidade tendo em conta a área do Plano.

Para o critério da Qualidade Ambiental pretende-se atingir seis objetivos de sustentabilidade: **promover uma gestão adequada da qualidade das massas de água, promover uma gestão adequada da qualidade do ar, assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados, garantir a eficiência das infraestruturas básicas, assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável e prevenção de riscos tecnológicos**, que são aferidos através de onze indicadores.



A linha de água principal presente na área do Plano é afluente do rio Diz, e apesar do seu carácter permanente, tem pouca expressão no território, não estando, por isso classificada individualmente quanto ao seu estado de qualidade. Assim, para o presente estudo considerou-se a análise do estado da **massa de água do rio Noéme**, que tem como afluente o rio Diz.

Segundo o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro, a massa de água apresenta um estado global de **Inferior a Bom**, sendo referidas como principais causas as Águas Residuais, a Agricultura e a Pecuária.

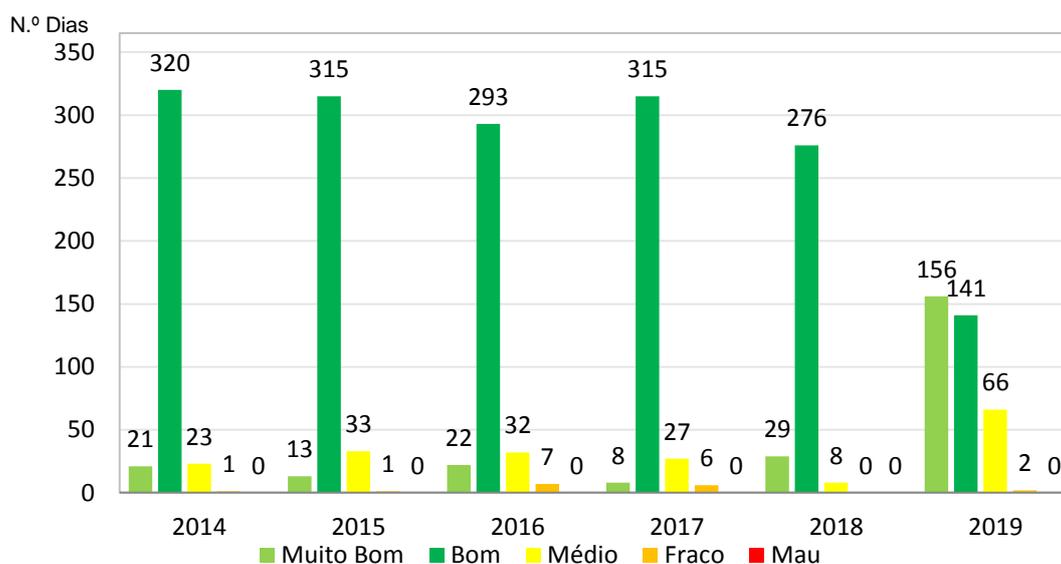
Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Evolução do estado de qualidade das águas superficiais: Estado global Inferior a Bom (rio Noéme). 	 Aumentar

Relativamente à **qualidade do ar**, importa reconhecer a evolução das emissões atmosféricas (por concelho), e o índice da qualidade do ar (por região), uma vez que na área do Plano existe uma área industrial e infraestruturas viárias de maior dimensão.

A análise das emissões é feita ao nível do concelho entre os anos 2015 e 2017, não existindo dados com maior nível de desagregação ou mais recentes. A análise da evolução das emissões de poluentes atmosféricos, e respetiva comparação com os valores nacionais, permite identificar o **crescente aumento das emissões**, seguindo as tendências a nível nacional. Este crescimento de emissões de poluentes atmosféricos teve como principal causa os fogos florestais, sendo que, sem este emissor, o setor dos “Transportes” é principal responsável pelas emissões e, seguidamente, o setor da “Agricultura”.

Apesar do crescimento dessas emissões, o concelho da Guarda apresenta níveis significativamente inferiores à média nacional. Na totalidade dos poluentes analisados, a contribuição do concelho da Guarda para o panorama nacional é praticamente vestigial, com uma contribuição máxima de 0,28% das emissões totais registadas em território Nacional.

Todavia, a **qualidade do ar na região é, predominantemente, boa**, sendo que presenciamos uma melhoria da qualidade do ar em 2019 comparativamente com o ano anterior, aumentando a qualidade dos dias de qualidade *Muito boa* em 438%.



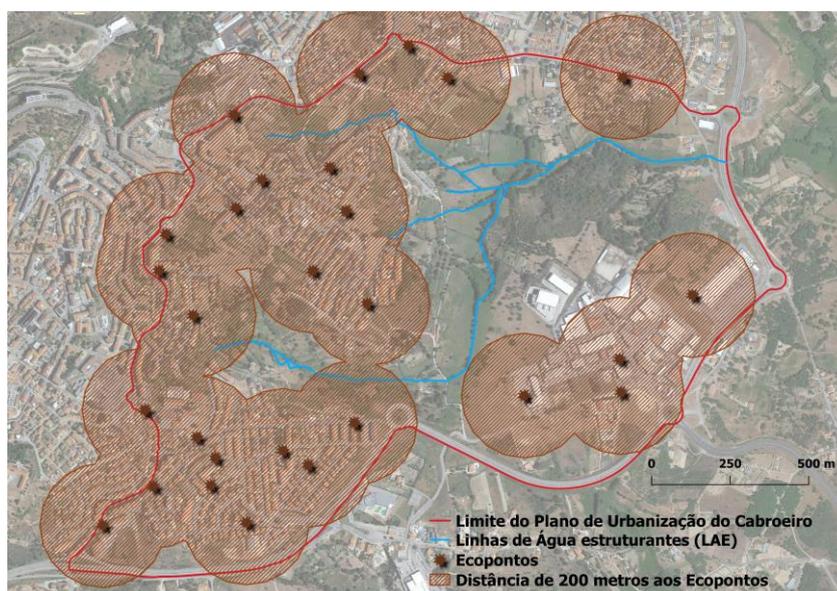
Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Evolução das emissões atmosféricas (de acordo com o inventário nacional de emissões atmosféricas): SOx – 0,0957; COVNM – 1,7270; PM2,5 – 0,3880; CO2 –253,98; CH4 –2,3062; NH3 – 0,2692; NOx –0,7121 e N2O –0,0563 ton/Km²; 	<p>Aumentar</p>
<ul style="list-style-type: none"> Índice da qualidade do ar: 156 dias “Muito Bom” e 141 dias “Bom”. 	<p>Aumentar</p>

Uma gestão adequada de **resíduos gerados** contribui para uma melhoria da qualidade ambiental. Em 2018, segundo a ERSAR, 92% dos alojamentos existentes no concelho dispunham de serviço de recolha indiferenciada e 57% de serviço de recolha seletiva.

Importa referir, que apenas 8,8% dos resíduos urbanos recolhidos no concelho são para reciclagem, sendo uma realidade bastante negativa ao nível do ambiente.

Na área do Plano, a recolha seletiva conta com 28 ecopontos, 24 nos espaços habitacionais e 4 nos espaços industriais. Estes números resultam em 97 alojamentos/ecoponto nos espaços habitacionais, sendo um valor bastante alto e não satisfatório, e 9 empresas/ecoponto nos espaços industriais, sendo um valor bastante satisfatório.

Relativamente à abrangência, considerando uma distância máxima de 200 metros, 98% dos alojamentos estão servidos de recolha seletiva por ecoponto e 97% das empresas estão servidas da recolha em questão, como podemos constatar através da figura seguinte.



Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Proporção de alojamentos com serviços de recolha seletiva por ecoponto (a uma distância máxima de cerca de 200 metros): 98%; 	<p>☹️</p> <p>Manter</p>
<ul style="list-style-type: none"> Proporção de empresas de atividades económicas no Parque Industrial com serviços de recolha seletiva por ecoponto (a uma distância máxima de cerca de 200 metros): 97%. 	<p>☹️</p> <p>Manter</p>

A existência e a eficiência das **infraestruturas básicas** contribui para uma utilização sustentável do recurso água, com menos perdas e com melhor eficácia na prevenção de riscos, como a poluição dos solos ou da água, levando a uma melhoria da qualidade ambiental.

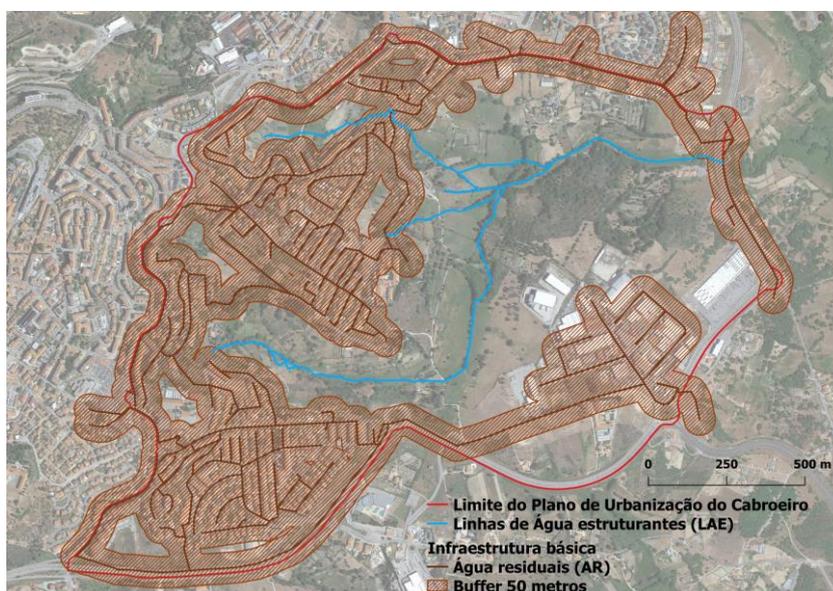
Em 2018, segundo a ERSAR, apenas 78% dos alojamentos existentes no concelho tinham serviço efetivo de abastecimento de água, sendo um valor relativamente baixo.

Registou-se, anualmente, 1 falha no abastecimento, 171 avarias nas condutas e 823660,8 m³ de perdas reais. Entre 2014 e 2018, 1,7% das condutas de abastecimento de água existentes no concelho foram reabilitadas.

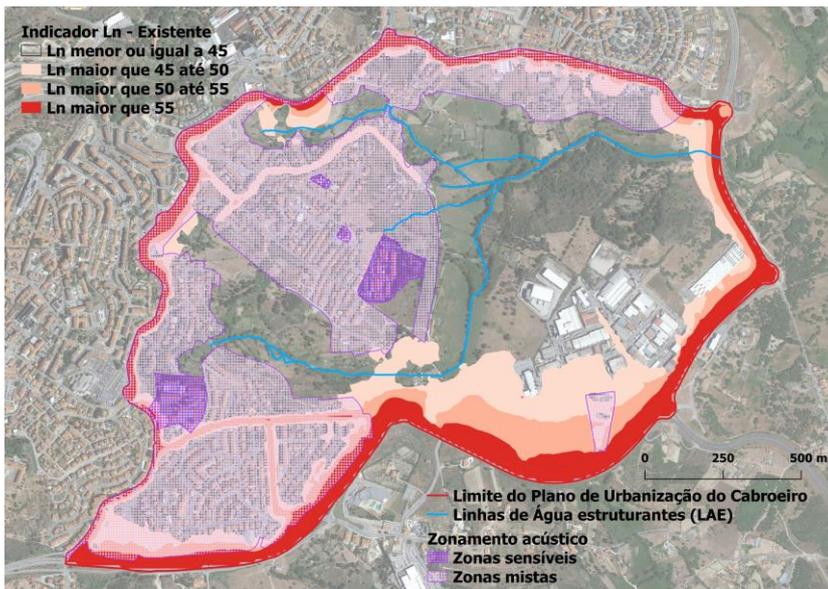
Considera-se essencial as vistorias e/ou ações de requalificação das infraestruturas de abastecimento de água, promovendo assim a eficácia da rede e, conseqüentemente, a diminuição de perdas reais.

Em 2018, segundo a ERSAR, 73% dos alojamentos existentes no concelho tinham serviço efetivo de recolha de água residuais, sendo um valor bastante baixo. Entre 2014 e 2018, 1,4% dos coletores de águas residuais existentes no concelho foram reabilitados.

Na área do Plano, 100% os alojamentos existentes têm serviço efetivo de recolha de água residuais.



Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Nº de vistorias e ações de requalificação das infraestruturas de Abastecimento de água (AA): indicador de seguimento; 	<i>Não aplicável</i>
<ul style="list-style-type: none"> Território coberto por infraestruturas pela rede de água residuais (AR): 100%. 	 Manter



O **ruído** é uma das componentes que contribuem para a qualidade ambiental. A área em estudo apresenta 4 zonas sensíveis: a Casa de Saúde – Bento Menni, para a Escola Secundária da Sé, para a Escola Primária do Bairro da Luz e para o Jardim de Infância do Bairro da Luz, para as quais os níveis de ruído expostos deverão ser inferiores às zonas mistas ou sem classificação. As zonas mistas são as restantes áreas urbanas, com a exceção do Parque Industrial, que não adquire classificação.

O mapa de ruído regista valores de ruído, que em leitura conjunta com as zonas mistas e zonas sensíveis, verificamos que existem 75 edifícios que estão expostos a níveis de ruído acima do limite do ambiente acústico saudável. Nestas áreas deverão ser promovidas medidas de minimização. A tendência é de aumento dos valores apresentados, conseqüente da tendência de aumento das emissões de ruído com origem no aumento do tráfego viário.

Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Nº de queixas apresentadas relativas a ruídos com origem na zona do Plano: indicador de seguimento; 	<i>Não aplicável</i>
<ul style="list-style-type: none"> Nº de edifícios em áreas de conflito acústico: 75. 	<p>Potencialmente aumentar</p>

Sobre os **riscos tecnológicos** pretende-se dar destaque aos riscos de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, uma vez que na área do Plano existe uma zona industrial. Segundo a APA, na área do Plano não existem estabelecimentos abrangidos pela prevenção de acidentes graves.

Refere-se que, uma vez que o concelho da Guarda tem uma nova área industrial, o Novo Pólo Industrial da Guarda, prevê-se que a tendência seja de instalação deste tipo de empresas nesta nova área industrial, caso se verifique o seu surgimento, por ser um espaço mais afastado do centro da cidade e de edifícios em geral.

Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> Nº de empresas abrangidas pelo regime de prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas: 0. 	<p>Manter</p>
<ul style="list-style-type: none"> Nº de edifícios habitacionais ou de utilização coletiva localizados em zonas de perigosidade inerentes à presença das empresas em questão: 0. 	<p>Manter</p>

III.4.2. Alterações Climáticas

A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM-BSE) desenvolveu um Plano de Ação Intermunicipal para as Alterações Climáticas (PAIAC), publicado em junho de 2019, que pretende contribuir para a adaptação do território às alterações climáticas.

A região regista um aumento da temperatura média anual, apresentando alguma vulnerabilidade a incêndios, uma diminuição da precipitação média anual, podendo levar à escassez de água, um aumento de ocorrência de fenómenos de precipitação excessiva, que pode levar à ocorrência de cheias, e um aumento de outros fenómenos extremos.

De modo a dar uma resposta, foram definidas 21 opções de adaptação, das quais selecionaram-se 12 medidas prioritárias para serem desenvolvidas a curto prazo, apresentando-se de seguida:

- **Medida 1** – Melhorar o uso eficiente de água e reduzir desperdícios;
- **Medida 2** – Criação de sistemas de rega alternativos;
- **Medida 3** – Monitorização e limpeza de edifícios e vias de comunicação/estradas;
- **Medida 4** – Promoção da utilização adequada dos equipamentos e recursos tecnológicos nas "utilities", através da utilização de equipamentos eficientes;
- **Medida 5** – Promoção da eficiência das captações de água, do seu transporte e armazenamento, adoção de políticas que regulam a utilização deste recurso em situações de temperaturas extremas seca ou escassez de água;
- **Medida 6** – Melhoria da rede de transportes;
- **Medida 7** – Iluminação eficiente;
- **Medida 8** – Promoção da limpeza e regularização das linhas de água;
- **Medida 9** – Promoção do cumprimento da legislação;
- **Medida 10** – Planeamento das áreas verdes em zonas urbanas;
- **Medida 11** – Promover a gestão do ordenamento florestal e a conservação e recuperação de habitats;
- **Medida 12** – Melhoramento das condições de escoamento em zonas críticas.

O território em estudo rege-se, atualmente, pelo Plano de Diretor Municipal da Guarda, no qual se verifica apenas a integração da Medida 10, através da plantação de árvores nas áreas a urbanizar, no sentido de melhorar as condições ambientais e de conforto bio-climático.

Indicadores	Tendência de evolução
<ul style="list-style-type: none"> • Grau de integração das medidas de adaptação às alterações climáticas definidas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-BSE): 8%; 	<i>Não aplicável</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Grau de execução das medidas a definir no PIAAC-BSE: indicador de seguimento. 	<i>Não aplicável</i>

III.4.3. Efeitos do Plano

	Efeitos positivos	Efeitos negativos
QUALIDADE AMBIENTAL	<p>A Proposta de Plano promove a qualidade das massas de água pela sua quase total integração em categorias de solo que promovem a sua salvaguarda. As margens das linhas de água (10 metros) são salvaguardadas pela Estrutura Ecológica, a qual promove a continuidade de vegetação ripícola associada.</p> <p>A Estrutura ecológica, que abrange 31% da área do Plano, estabelece uma continuidade verde que abrange o ambiente rural e o urbano, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar. Esta, também, abrange espaços de enquadramento a infraestruturas viária e espaços florestais que circundam o Parque Industrial, reduzindo significativamente o ruído emitido.</p> <p>O Plano propõe uma Rede de Mobilidade Suave funcional e fortemente articulada com o território, sendo atrativo ao seu uso diário por parte da população. Esta proposta traduzir-se-á a uma melhoria da qualidade do ar e do ambiente sonoro pela sua adoção, em vez de uma adoção de mobilidade motorizada.</p> <p>A Proposta de Plano promove a instalação de empresas no Parque Industrial através de Incentivos, nomeadamente a transferência de atividades económicas, com evidentes impactes ambientais negativos.</p>	<p>A Proposta de Plano estabelece novas estruturas viárias e um aumento do Parque Industrial, o que se traduzirá numa maior emissão de poluentes atmosféricos e a um aumento do ruído gerado. Porém, estes efeitos são atenuados, como já referido, pela Estrutura Ecológica e pela Rede de Mobilidade Suave.</p>
	 <p><u>Consideram-se os efeitos positivos, diretos e muito significativos.</u></p>	 <p><u>Consideram-se os efeitos negativos, diretos e significativos.</u></p>
	<p>O aumento de áreas habitacionais, de equipamento e de atividades económicas, conduzirá a um reforço da rede de recolha de resíduos, de indiferenciados e seletiva, e um reforço das infraestruturas básicas. Refere-se que a sua concentração levará a uma maior eficiência, maior rentabilização e a uma melhor gestão destes serviços.</p>	
	 <p><u>Consideram-se os efeitos positivos, indiretos e significativos.</u></p>	
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	<p>A Proposta de Plano integra na sua totalidade medidas ou ações que permitem operacionalidade das 12 Medidas prioritárias de adaptação estabelecidas pelo PIAAC-BSE, através do sistema de incentivos (Art.º 50.º), do aumento dos espaços verdes urbanos, da salvaguarda das linhas de água pela Estrutura Ecológica, da Rede de Mobilidade Suave fortemente articulada com o território, da manutenção e valorização dos espaços florestais e dos <i>habitats</i> através da Estrutura Ecológica e, por fim, através do aumento em zonas contíguas e da consolidação de áreas habitacionais, de equipamento e afetos a atividades económicas, que conduzirá a um reforço da rede de recolha de resíduos, de indiferenciados e seletiva, e um reforço das infraestruturas básicas.</p>	<p><u>Sem efeitos negativos.</u></p>
	 <p><u>Consideram-se os efeitos positivos, diretos e muito significativos.</u></p>	

III.4.4. Recomendações

RECOMENDAÇÕES			
PARA O PLANO	Sugere-se que seja obrigatória a utilização de pavimentos permeáveis ou semipermeáveis nos espaços exteriores (logradouros) das novas edificações.		Contemplado através do índice máximo de impermeabilização nas várias categorias do solo urbano.
	Deverá ser previsto locais para carregamento de veículos elétricos nos locais.		Previsto pelo Art.º 17, em áreas de estacionamento ou afetos a habitação multifamiliar de dimensões significativas.
	Garantir a implementação de barreiras acústicas naturais nas zonas de conflito em áreas classificadas como "Espaços verdes de enquadramento", quando viável, de preferência compostas por vegetação de vários estratos, em densidade e continuidade, perfazendo uma barreira extensa e eficaz.		Parcialmente previsto no Art.º 40.º, referente ao zonamento acústico e previsto através das "Áreas verdes de enquadramento" ao longo dos principais emissores de ruídos, porém o regulamento não especifica a função nem a sua composição.
	Sugere-se que na implantação de empresas na área de atividades económicas sejam observados critérios de incomodidade e segurança, colocando as que sejam potencialmente mais ruidosas ou perigosas nos espaços mais afastados das áreas habitacionais.		Não previsto.
	Deverá ser interdita a instalação de empresas abrangidas pela prevenção de acidentes graves e direcionada a sua instalação para o Novo Pólo Industrial da Guarda.		Não previsto.
	Nas áreas verdes propostas deverão ser utilizadas preferencialmente espécies autóctones ou bem adaptadas às condições edafoclimáticas, sempre com baixas exigências hídricas.		Está prevista no Art.º 24.º, referente à arborização dos arruamentos, e no Art.º 39.º referente à EE Complementar.
	Os arruamentos deverão, sempre que a largura e a tipologia se mostre adequada, integrar alinhamentos arbóreos, de modo a promover uma qualidade paisagística do ambiente urbano, a melhoria da qualidade do ar e um aumento do conforto bioclimático.		Está prevista no Art.º 24.º, referente à arborização dos arruamentos, no Art.º 39.º referente à EE Complementar e através do Art.º 41.º, em que propõe a adoção progressiva dos Perfis Tipo.

RECOMENDAÇÕES

PARA O SEGUIMENTO

- O Município deverá assegurar o uso racional e eficiente da água nas estruturas que lhe dizem respeito, bem como a monitorização de todos os consumos de água, pondo em prática as medidas relativas ao setor urbano do Programa Nacional para Uso Eficiente da Água;
- Sugere-se que sejam incentivadas e/ou valorizadas, no âmbito do licenciamento, as soluções de Projeto que promovam a infiltração no solo das águas das chuvas em detrimento do seu encaminhamento para redes públicas de águas pluviais (jardins de infiltração, bio valetas, entre outros);
- Sugere-se a adoção de sistemas de rega alternativos, nomeadamente através da utilização de água residuais ou pluviais devidamente tratadas;
- Sugere-se que a limpeza dos espaços exteriores e arruamentos públicos seja feita com águas residuais ou pluviais devidamente tratada, no caso de ser necessária a limpeza com água;
- Os projetos relativos a espaços, edifícios ou infraestruturas públicas deverão atender a critérios de eficiência energética, nomeadamente ao nível da iluminação, materiais e equipamentos que concorram para uma melhoria ambiental;
- De acordo com o *Relatório de ensaios e medições acústicas*, deverão ser implementadas barreiras acústicas, quando viável, pavimentos redutores de ruído ou lombas redutoras de velocidade, de modo a diminuir os níveis de ruído;
- Aplicação de medidas de minimização de exposição de ruído, que irão ser definidas pelo pretendido *Plano Municipal de Redução de Ruído*;
- Deverá ser feito um reforço na rede de recolha de resíduos indiferenciados e seletivos;
- Deverá ser equacionada a elaboração de um Plano de Resposta a Emergências a aplicar à área de atividades económicas, o Parque Industrial, minimizando o risco resultante da concentração deste tipo de atividade, em articulação com o PMEPC. Este PRE deverá ser desenvolvido em articulação com todas as empresas existentes contribuindo assim para a minimização dos riscos e mitigação dos efeitos de eventuais ocorrências;
- Sugere-se que sejam feitas ações de formação ou de sensibilização dirigidas à população, que promovam uma alteração comportamentos que contribuam para uma boa qualidade ambiental, nomeadamente aumento da reciclagem face aos indiferenciados, diminuição de consumos de água e diminuição de desperdícios;
- Deverão ser implementadas e monitorizadas as medidas previstas na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas;
- Recomenda-se que seja reforçada a arborização das vias existentes, caso se verifique insuficiente ou não funcional, de forma a criar verdadeiros corredores verdes em contexto urbano, capazes de assegurar a continuidade da Estrutura Ecológica.

IV. PROGRAMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com a legislação específica em vigor, as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

No sentido de cumprir com a última fase da avaliação ambiental do Plano de Urbanização do Cabroeiro, a **fase de seguimento**, é apresentado um conjunto de indicadores, em função dos objetivos de sustentabilidade definidos, que irão permitir monitorizar a execução do plano e verificar o desenvolvimento das ações adotadas.

A monitorização das opções do plano será desenvolvida, pelo município, de acordo com os indicadores e as metas definidas nos quadros seguintes, e tendo em conta os seguintes objetivos:

- Acompanhar e validar a avaliação dos efeitos no ambiente identificados no decurso da avaliação ambiental do plano;
- Avaliar se a aplicação das opções do plano contribui eficazmente para alcançar os objetivos de sustentabilidade definidos;
- Avaliar a eficácia das orientações propostas, com o objetivo de minimizar eventuais efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos;
- Promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental do plano.

No quadro seguinte são analisados os FCD a utilizar na avaliação ambiental estratégica, com identificação dos respetivos critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade que se pretende atingir, indicadores e metas propostas bem como a periodicidade de aferição dos mesmos e origem dos dados.

PROGRAMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

FCO	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	VALOR ATUAL	OBJETIVOS/METAS	PERIOC.	FONTE	
ECOSSISTEMAS NATURAIS E RURAIS	Valores naturais	• Promoção de galeria ripícola associada às linhas de água estruturantes (LAE).	• Extensão da galeria ripícola face à extensão das linhas de água;	• 32%	• 100%	Anual	CMG	
			• Nº de ações de recuperação e reabilitação dos ecossistemas ripícolas.	• 0	• Aumentar	Anual	CMG	
		• Preservação e valorização das matas de vegetação autóctone relevante .	• Peso dos espaços florestais de vegetação autóctone relevante, nomeadamente compostos por Carvalhos e Castanheiros, face à área florestal total;	• 45%	• Aumentar	Anual	CMG	
			• Nº de ações de recuperação e reabilitação dos ecossistemas florestais.	• 0	• Aumentar	Anual	CMG	
		Valores paisagísticos	• Preservação do carácter rural associado aos vales.	• Área de terrenos agrícolas em abandono face à área total de espaços agrícolas;	• 23%	• Diminuir	Anual	CMG
				• Nº de ações de valorização, reabilitação ou restauro de estruturas de cariz rural, como muros de pedra e casas rurais;	• 0	• Aumentar	Anual	CMG
	• Percentagem do território em solo rural associado aos vales coberto pela Estrutura Ecológica.			• 0%	• 100%	Anual	CMG	

URBANISMO	Qualidade urbana	Colmatção e coesão da malha urbana .	<ul style="list-style-type: none"> Nº de descontinuidades da malha urbana (arruamentos sem continuidade/ estrangulamentos/ inexistência de ligações com a malha urbana adjacente); 	<ul style="list-style-type: none"> 23 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir 	Anual	CMG
			<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução de novos edifícios destinados a habitação em espaços a estruturar; 	<ul style="list-style-type: none"> Indicador de seguimento 	<ul style="list-style-type: none"> 90 a 100% 	Anual	CMG
			<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução das infraestruturas viárias propostas que conectam e colmatam a malha urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Indicador de seguimento 	<ul style="list-style-type: none"> 90 a 100% 	Anual	CMG
		Criação de espaços verdes urbanos .	<ul style="list-style-type: none"> Capitação de espaços verdes urbanos; 	<ul style="list-style-type: none"> 1,36 m²/habitante 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	INE CMG
			<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução de espaços verdes urbanos propostos. 	<ul style="list-style-type: none"> Indicador de seguimento 	<ul style="list-style-type: none"> 90 a 100% 	Anual	CMG
		Promoção da arborização do espaço público, nomeadamente das ruas.	<ul style="list-style-type: none"> Peso das ruas arborizadas face às não arborizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> 3% 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG
	Sustentabilidade urbana	Promover o uso dos transportes públicos pela população.	<ul style="list-style-type: none"> População servida por transportes públicos (a menos de 500 metros dos pontos de paragens); 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	<ul style="list-style-type: none"> Manter 	Anual	CMG TUG
			<ul style="list-style-type: none"> Frequência diária dos transportes públicos; 	<ul style="list-style-type: none"> 10 paragens/dia nos dias úteis e 0 paragens/dia nos fins-de-semana e feriados 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG TUG
			<ul style="list-style-type: none"> Nº de pessoas que usufruem da mobilidade através dos transportes públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> 25 pessoas/dia (estimativa da Linha 6) 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG TUG
		Dotação do espaço público de uma rede de mobilidade suave .	<ul style="list-style-type: none"> Capitação da rede de mobilidade suave; 	<ul style="list-style-type: none"> 0,72 ml/habitante (considerou-se a Pedovia prevista) 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG

		<ul style="list-style-type: none"> Garantir o acesso a equipamentos coletivos. 	<ul style="list-style-type: none"> População servida pela rede de mobilidade suave (a menos de 500 metros). 	<ul style="list-style-type: none"> 46% (considerou-se a Pedovia prevista) 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	Anual	CMG
			<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos escolares (a menos de 500 metros); 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	<ul style="list-style-type: none"> Manter 	Anual	CMG
			<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos desportivos (a menos de 500 metros); 	<ul style="list-style-type: none"> 75% 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG
			<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos sociais (a menos de 500 metros); 	<ul style="list-style-type: none"> 60% 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG
			<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos de saúde (a menos de 500 metros). 	<ul style="list-style-type: none"> 88% 	<ul style="list-style-type: none"> Manter 	Anual	CMG
SOCIOECONOMIA	População	<ul style="list-style-type: none"> Promover o aumento da população, respondendo às necessidades de ocupação das áreas de expansão urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução da população residente. 	<ul style="list-style-type: none"> 5,4% de acréscimo decenal, estima-se que em 2021 a população seja de 5354 indivíduos e em 2031 de 5643 (Censo 2001/2011) 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar (tendo como referência os Censos 2011/2021) 	Decenal	INE
			<ul style="list-style-type: none"> Níveis de qualificação da população residente; 	<ul style="list-style-type: none"> 27% concluiu um grau de ensino superior ou pós-secundário (Censos 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar (tendo como referência os Censos 2021) 	Decenal	INE
		<ul style="list-style-type: none"> Promover a qualificação e integração profissional da população. 	<ul style="list-style-type: none"> Relação entre população empregada e desempregada; 	<ul style="list-style-type: none"> 90/10% empregada/desempregada (Censos 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> 100/0% empregada/desempregada (tendo como referência os Censos 2021) 	Decenal	INE

AMBIENTE	Economia	<ul style="list-style-type: none"> Promover a instalação de empresas no Parque Industrial. 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego (concelho). 	<ul style="list-style-type: none"> 1196 (dados 2019 do concelho) 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir 	Anual	IEFP
			<ul style="list-style-type: none"> Nº de lotes ocupados no Parque Industrial, face aos não ocupados; 	<ul style="list-style-type: none"> 32 lotes ocupados e 5 lotes não ocupados 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG
			<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução de novos edifícios destinados a atividades económicas em espaços a estruturar. 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Indicador de seguimento</i> 	<ul style="list-style-type: none"> 90 a 100% 	Anual	CMG
	Qualidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão adequada da qualidade das massas de água. 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução do estado de qualidade das águas superficiais (APA). 	<ul style="list-style-type: none"> Estado global Inferior a Bom (dados rio Noéme) 	<ul style="list-style-type: none"> Muito Bom 	Anual	APA
			<ul style="list-style-type: none"> Evolução das emissões atmosféricas (de acordo com o inventário nacional de emissões atmosféricas); 	<ul style="list-style-type: none"> SOx – 0,0957 COVNM –1,7270 PM2,5 – 0,3880 CO2 –253,9 CH4 –2,3062 NH3 – 0,2692 NOx –0,7121 N2O –0,0563 ton/Km² (dados concelho)	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir 	Anual	APA
		<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão adequada da qualidade do ar. 	<ul style="list-style-type: none"> Índice da qualidade do ar. 	<ul style="list-style-type: none"> 297 dias Muito Bom ou Bom (dados região) 	<ul style="list-style-type: none"> 365 dias Muito Bom ou Bom 	Anual	APA

	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados. 	<ul style="list-style-type: none"> Proporção de alojamentos com serviços de recolha seletiva por ecoponto (a uma distância máxima de cerca de 200 metros); 	<ul style="list-style-type: none"> 98% 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG
		<ul style="list-style-type: none"> Proporção de empresas de atividades económicas no Parque Industrial com serviços de recolha seletiva por ecoponto (a uma distância máxima de cerca de 200 metros). 	<ul style="list-style-type: none"> 97% 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a eficiência das Infraestruturas básicas. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de vistorias e ações de requalificação das infraestruturas de Abastecimento de água (AA); 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Indicador de seguimento</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	SMAS-G CMG
		<ul style="list-style-type: none"> Território coberto por infraestruturas de Saneamento de água residuais (AR). 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	Anual	SMAS-G CMG
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de queixas apresentadas relativas a ruídos com origem na zona do Plano; 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Indicador de seguimento</i> 	<ul style="list-style-type: none"> 0 	Anual	CMG
		<ul style="list-style-type: none"> Nº de edifícios em áreas de conflito. 	<ul style="list-style-type: none"> 75 	<ul style="list-style-type: none"> 0 	Anual	CMG
	<ul style="list-style-type: none"> Prevenção de Riscos Tecnológicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de empresas abrangidas pelo regime de prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas; 	<ul style="list-style-type: none"> 0 	<ul style="list-style-type: none"> 0 	Anual	CMG APA
		<ul style="list-style-type: none"> Nº de edifícios habitacionais ou de utilização coletiva localizados em zonas de perigosidade inerentes à presença das empresas em questão. 	<ul style="list-style-type: none"> 0 	<ul style="list-style-type: none"> 0 	Anual	CMG APA

	Alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Integrar medidas e ações que contribuam para a Adaptação às Alterações Climáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Grau de integração das medidas de adaptação às alterações climáticas definidas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-BSE); 	<ul style="list-style-type: none"> 8% 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	Anual	CIM-BSE CMG
			<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução das medidas a definir no PIAAC-BSE. 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Indicador de seguimento</i> 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	Anual	CIM-BSE CMG

IV.1.1. Quadro de Governança

Para a aplicação do Programa de Gestão e Monitorização Ambiental é essencial a articulação da Câmara Municipal da Guarda, enquanto entidade responsável pela gestão territorial, com as restantes entidades com interesses/responsabilidades no território num **quadro de governança** sólido e bem estruturado.

QUADRO DE GOVERNANÇA	RECOMENDAÇÕES
CMG	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a correta implementação do Plano, na filosofia que presidiu à sua elaboração; • Assegurar o cumprimento do Programa de Gestão e Monitorização Ambiental, ajustando-o e aplicando medidas corretivas quando necessário; • Coordenar a recolha dos dados junto das entidades e articular ações com as mesmas, sempre que necessário; • Assegurar que os princípios que informam a governança – transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência – sejam respeitados ao longo de todo o processo de decisão e implementação do Plano; • Manter e incrementar a divulgação, comunicação e formação junto dos públicos-alvo.
APA, CCDRC, DRAPC, ICNF, ARSC, IEFP, TUG, SMAS-G, CIM-BSE, INE, ERSAR e Juntas de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar dados para a monitorização, evitando duplicações de trabalho e desperdício de recursos; • Contribuir para as discussões dos problemas locais apontando soluções e colaborando na implementação das mesmas.
Associações Locais, Agrupamentos Escolares, Instituições, Empresas, População residente.	<ul style="list-style-type: none"> • Participar ativamente nas discussões públicas, apresentando as suas preocupações e sugestões; • Contribuir para uma melhoria dos indicadores de desenvolvimento sustentável, através das boas práticas na utilização dos recursos hídricos, na separação dos resíduos e na utilização eficiente da energia, adotando estilos de vida mais sustentáveis e/ou aumentando a sustentabilidade das atividades económicas desenvolvidas; • Contribuir para o desenvolvimento sustentável através das boas práticas das atividades ao ar livre e da mobilidade por modos suaves.

Os resultados obtidos na monitorização serão atualizados, no mínimo anualmente, e divulgados pelo município, na sua página da *Internet*. O município terá, também, a responsabilidade de reportar os resultados à Agência Portuguesa do Ambiente e às restantes entidades interessadas referidas no quadro de governança.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente relatório procedeu-se ao resumo e à tradução numa linguagem mais clara e simplificada a avaliação das opções e propostas do Plano.

Na avaliação ambiental foram elencados os efeitos positivos e negativos resultantes da implementação da proposta de Plano, a partir dos quais se conclui que, no seu conjunto, a **proposta de Plano contribuí positivamente para o desenvolvimento sustentável do território**.

Consequente à análise e avaliação, foram elaboradas diversas recomendações que deverão contribuir para aproximar as propostas dos objetivos de sustentabilidade definidos. Sendo que, parte das recomendações são para ponderar a integração de componentes na proposta de Plano e a outra parte para considerar na fase de seguimento do Plano.

Nas situações em que os efeitos negativos previstos se consideraram mais significativos foram efetuadas recomendações com vista à sua minimização. Foram, também, efetuadas recomendações que visam potenciar os efeitos positivos e oportunidades resultantes da implementação da proposta do Plano.

Refere-se que as recomendações apresentadas tiveram em consideração as orientações definidas pelo quadro de referência estratégica, identificado na definição do âmbito, e nos pareceres emitidos pelas entidades consultadas. Neste documento são clarificadas quais as recomendações integradas no PU e quais não foram consideradas pela equipa.

As recomendações elencadas poderão ainda ser complementadas, em resultado da apreciação das entidades com responsabilidades ambientais específicas e da discussão pública. As recomendações que não sejam claramente inseridas na proposta do plano serão integradas na Declaração Ambiental, sempre que se considere adequado.